



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO
VELHO PODER LEGISLATIVO**

14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA SESSÃO ESPECIAL

PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO

REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2025.

Às nove horas do dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco, segunda- feira, realizou-se a **Sessão Especial da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura** da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pela Vereadora Ellis Regina, e secretariada pelo Vereador Dr. Breno Mendes. Após cumprimentar os presentes, convidou para tomarem assento à Mesa de autoridades: Dra. Daniele Nicolai, **Procuradora do Ministério Público de Rondônia**; Patrick Robertson de Carvalho, **Gerente de Arrecadação da Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN) de Rondônia**; Marlon Jones, **Gerente geral da Urbano Norte**; Diego Luciano da Connect Trip; Antônio Carlos Alencar, **Coordenador-Geral da Receita Estadual**; Dr. Lucas Brun, **Vice Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho** e Raiati Gomes de Souza, **Presidente do Sindicato dos Motoristas por aplicativo do Estado Rondônia**. Logo após, invocou a proteção de Deus e deu início à Sessão Especial. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do Hino do Município de Porto Velho. A seguir, fez-se a leitura da **ORDEM DO DIA**, que tratou de Audiência Pública com a finalidade de discutir sobre **“O cumprimento da Lei de Isenção do IPVA, desequilíbrio Econômico e recusa de informações ao município de PortoVelho/RO”**. Seguidamente, a vereadora **Ellis Regina** abriu sua fala cumprimentando autoridades, imprensa e servidores. A vereadora Ellis Regina destacou sua satisfação em participar mais uma vez da Câmara como elo entre a população, os órgãos de controle e os motoristas de aplicativo. Recordou que já houve outras ocasiões em que a categoria esteve presente, como na correção de uma lei que poderia ter trazido prejuízos, ressaltando que seu papel é ser um instrumento de luta em defesa dos trabalhadores. Ela enfatizou que os motoristas de aplicativo são um verdadeiro “termômetro” das demandas sociais, já que convivem diretamente com a população e recebem suas queixas e preocupações. Reconheceu o trabalho do sindicato, especialmente do presidente Raiati, por colocar-se à frente da defesa da categoria, e relacionou sua própria experiência sindical de mais de 30 anos como base para apoiar as reivindicações. A vereadora agradeceu as autoridades presentes, representantes de órgãos públicos e das plataformas, bem como os próprios motoristas, afirmando que a audiência pública foi convocada para tratar de pontos centrais: a falta de informações das plataformas que dificultam o acesso a benefícios fiscais como o IPVA; os problemas na comunicação com a segurança pública, que afetam a proteção de motoristas e passageiros; e a ausência de canais eficazes de atendimento e denúncias. Segundo Ellis Regina, a audiência busca construir soluções coletivas, envolvendo motoristas, passageiros, empresas e autoridades, para garantir mais transparência, segurança e respeito à categoria, refletindo em benefícios também para toda a população de Porto Velho.

Nesse momento ele passou o uso da palavra aos inscritos; Com o uso da palavra o **Vereador Jeovane Ibiza**; O vereador destacou a importância da presença massiva dos motoristas de aplicativo na Câmara, afirmando que era a primeira vez que via a categoria lotar o plenário. Ele ressaltou a luta da vereadora Ellis Regina, elogiando sua trajetória e dedicação à cidade. O vereador criticou a falta de transparência das grandes empresas de aplicativo, denunciando a exploração sofrida pelos motoristas, que trabalham longas jornadas e recebem apenas uma pequena parte do valor das corridas. Defendeu a valorização das empresas locais, como a Conect e a Urbano Norte, que, segundo ele, estão perdendo espaço para companhias de fora que retiram a renda da cidade. Jeovane reforçou que os motoristas de aplicativo são “heróis” de Porto Velho, pois garantem o transporte da população para hospitais, trabalhos e outras necessidades, compensando as falhas do sistema de transporte público. Ele incentivou a categoria a continuar lutando por seus direitos e assegurou que a Câmara Municipal está ao lado deles, colocando seu gabinete e o de outros vereadores à disposição para apoiar a causa. Com o uso da palavra o **Vereador Secretário da Audiência Dr. Breno Mendes**; O vereador iniciou agradecendo a presença das autoridades, destacando a promotora do consumidor, Dra. Daniele Nicolai, pelo trabalho contra os preços abusivos dos combustíveis, que impactam diretamente os motoristas de aplicativo. Também parabenizou o presidente do sindicato, Raiati reconhecendo sua luta pela categoria. Breno lembrou que, em 2017, quando os aplicativos chegaram com força em Porto Velho, houve conflito com os taxistas, mas já previa que a disputa verdadeira seria contra a exploração das plataformas. Ressaltou que hoje muitos motoristas trabalham jornadas de até 20 horas em condições que classificou como “escravidão moderna”. Em tom firme, criticou duramente a Uber, chamando-a de “vergonha mundial e nacional”, acusando a empresa de tratar motoristas como objetos e de nunca aceitar dialogar com representantes locais. Defendeu que a empresa não deveria mais atuar em Porto Velho e anunciou que pretende intensificar sua luta contra ela e também contra a 99. O vereador lembrou ainda sua participação na criação da lei de isenção de IPVA para motoristas de aplicativo, aprovada após articulação com o sindicato e o governo do estado, mas destacou que a Uber nunca forneceu as informações necessárias para viabilizar o benefício, prejudicando os trabalhadores. Por fim, reafirmou seu compromisso em ser o “fiscal do povo” e aliado da categoria, ao lado da vereadora Ellis Regina, garantindo que continuará lutando pelos motoristas de aplicativo contra abusos das plataformas. Com o uso da palavra **Raiati Gomes de Souza**, presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo de Rondônia; Raiati fez um discurso emocionado e contundente em defesa da categoria. Ele pediu atenção especial das autoridades, especialmente do Ministério Público, para as mensagens exibidas pelos motoristas em cartazes que simbolizavam um pedido de socorro. Raiati denunciou que empresas como Uber, 99, InDrive e até mesmo a Urbano Norte exploram os trabalhadores, impondo tarifas abusivas, concorrência desleal e bloqueios arbitrários sem direito à defesa. Relatou casos de motoristas que morreram sem conseguir tratamento de saúde ou em acidentes provocados pelo desequilíbrio econômico do setor, afirmando que as plataformas “têm sangue nas mãos dos motoristas”. Ele destacou que a categoria vive em um “cyber senzala”, submetida a jornadas exaustivas, tarifas baixíssimas e abusos de passageiros, além de exploração por locadoras como a Localiza, que cobram valores excessivos de aluguel sem deixar contrapartida no estado. Ressaltou que muitos motoristas estão endividados, adoecendo e até cogitando o suicídio devido à pressão financeira e psicológica. O líder sindical solicitou a abertura de inquéritos para investigar a concorrência desleal e pediu que as plataformas sejam obrigadas, pela Justiça, a comparecer em Porto Velho para prestar esclarecimentos. Propôs parceria do sindicato com o Ministério Público Estadual e do Trabalho para apoiar as ações e reforçou que a categoria não pode ser abandonada. Finalizou pedindo que a audiência pública não se torne apenas mais um ato simbólico, mas um marco de libertação dessa “escravidão moderna”, comparando o momento à assinatura da Lei Áurea, e agradeceu à vereadora Ellis Regina e aos representantes do Ministério

Público pelo apoio. Com o uso da palavra a promotora de Justiça do Ministério Público de Rondônia, **Dra. Daniela Nicolai**; Daniela agradeceu o convite para participar da audiência e destacou sua experiência na defesa do consumidor, lembrando que acompanhou a chegada da Uber em Porto Velho, em 2017. Explicou que, desde o início, houve dificuldade em lidar com a empresa, por ser uma multinacional sem representação física no município e que se instalou sem pedir autorização a órgãos reguladores, como a Semtran e o próprio Ministério Público. Ela citou a Lei Municipal nº 717/2018, que buscava regulamentar o transporte por aplicativo, protegendo motoristas e consumidores, mas que teve seus principais dispositivos derrubados após lobby das plataformas. Ressaltou que, em sua dissertação de mestrado, estudou o tema e constatou que a Uber age da mesma forma em todo o mundo, atuando sem submissão às legislações locais. Dra. Daniela reconheceu que o transporte por aplicativo ampliou o acesso ao serviço e gerou oportunidade econômica a muitas pessoas, mas alertou para a exploração da mão de obra, com jornadas excessivas e condições análogas à escravidão. Recordou, como exemplo, o caso do ex-BBB Rodrigo Mussi, vítima de acidente em São Paulo, causado por um motorista que dirigia há mais de 12 horas. Por fim, colocou o Ministério Público à disposição da categoria e do sindicato para atuar em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, por meio de ações coletivas e iniciativas conjuntas, reafirmando o compromisso de apoiar os motoristas diante das condições de exploração impostas pelas plataformas. Com o uso da palavra o **Vereador Dr. Santana**; O vereador iniciou sua fala parabenizando os trabalhadores de transporte por aplicativo que compareceram à audiência, destacando que, mesmo deixando de realizar corridas para complementar sua renda, estavam presentes na luta por uma causa maior. Ele relembrou seu primeiro projeto de lei, conhecido como “estacionamento justo”, que enfrentou resistência inicial, mas foi aprovado por 19 vereadores. O projeto surgiu diante da injustiça enfrentada por motoristas em shoppings, que muitas vezes ultrapassavam o limite de 15 minutos de tolerância e precisavam pagar valores superiores ao que recebiam em uma corrida. A proposta busca garantir igualdade de tratamento, já que academias, restaurantes e outros estabelecimentos oferecem maior tolerância ou isenções, enquanto quem procura serviços públicos no shopping, como emissão de documentos e vacinação, é obrigado a pagar estacionamento. Santana também denunciou o alto faturamento do estacionamento do Porto Velho Shopping, que arrecada mensalmente valores milionários sem oferecer contrapartida à população, apesar de já receber repasses contratuais do Estado. Defendeu que a medida tem respaldo constitucional, especialmente no direito do consumidor e na proteção de idosos e pessoas com deficiência, citando exemplos de outras cidades que concedem maior tempo de tolerância. O vereador pediu ao líder do governo, Dr. Breno Mendes, que interceda junto ao prefeito para sancionar a lei aprovada. Agradeceu ainda aos vereadores que apoiaram a iniciativa e ao Ministério Público pela participação no debate. Por fim, manifestou apoio aos motoristas que enfrentam ações judiciais por parte do SOP, colocando seu gabinete e equipe jurídica à disposição para auxiliar nesses casos, e reforçou seu compromisso com dias melhores, respeito e dignidade para a categoria e para a população de Porto Velho. Com o uso da palavra o **Vereador Nilton Souza**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando a presidente Ellis Regina pela iniciativa e estendeu os cumprimentos às autoridades, trabalhadores e famílias presentes. Destacou que conhece a realidade de luta diária dessas pessoas e reconhece a legitimidade de suas reivindicações, criticando a chamada "escravidão digital". Ele afirmou que sempre votará com responsabilidade em favor dos trabalhadores, mas explicou o motivo de ter votado contra o projeto de lei do vereador Santana sobre estacionamento. Nilton esclareceu que considerou o projeto inconstitucional, por se tratar de uma pauta de competência federal e não poder ser direcionado apenas a um empreendimento específico. Ressaltou que sua preocupação é não criar falsas expectativas à população, evitando frustrações futuras. Por fim, reforçou seu compromisso em apoiar os trabalhadores de forma responsável e transparente, garantindo que estará ao lado deles em suas lutas. Com o uso da palavra **Lucas Brum**,

Vice-Procurador chefe do Ministério Público do Trabalho; Lucas Brum, iniciou parabenizando o movimento coletivo dos trabalhadores, destacando que é a união e a mobilização que garantem conquistas. Ressaltou que o papel das autoridades públicas é ser parceiras, mas que as vitórias partem da luta da própria categoria. Ele criticou as narrativas das plataformas digitais, que repetem falácias para tentar convencer a sociedade, reforçando que elas não são apenas “plataformas”, mas empresas de transporte. Segundo ele, os motoristas não fazem “bicos”, mas exercem uma atividade profissional da qual dependem para sobreviver, sem liberdade real de escolha, já que não podem negociar preços, horários ou condições de trabalho. Lucas Brum enfatizou que o Ministério Público do Trabalho atua na defesa dos direitos humanos e que o objetivo é garantir condições dignas: uma jornada justa, renda suficiente, segurança e o direito de voltar para casa com vida. Concluiu defendendo que a sociedade compreenda essa realidade e não se deixe enganar pelas falsas promessas das plataformas. Com o uso da palavra o coordenador da Receita Estadual **Antônio Carlos Alencar**; Antônio Carlos Alencar, iniciou sua fala agradecendo ao vereador Dr. Breno Mendes pela gentileza do convite e estendeu cumprimentos a todos os presentes, destacando a admiração pelo pastor Evanildo, pela vereadora Ellis Regina e por demais autoridades e representantes que se dedicam à defesa dos trabalhadores. Ele fez um resgate histórico, lembrando que muitos trabalhadores de aplicativo se fortaleceram como categoria a partir da pandemia, quando diversas pessoas perderam empregos ou empresas e recorreram ao trabalho em plataformas para garantir sustento. Nesse contexto, destacou a resiliência da classe e expressou empatia pela jornada dura que enfrentam diariamente. Alencar ressaltou que a Secretaria de Finanças busca dialogar com a sociedade, criando medidas como programas de parcelamento e iniciativas de apoio, a exemplo do Refaz do IPVA. Explicou que o consumo dos trabalhadores movimenta a economia e gera tributos que sustentam os salários de servidores públicos, reconhecendo o papel essencial dessa classe. Ele criticou o desrespeito das plataformas, citando casos de motoristas prejudicados por falhas no repasse de informações e dados, e relatou que a Secretaria já cobrou providências de empresas como a 99. Reafirmou que o fisco estadual está à disposição para apoiar a categoria em suas reivindicações e melhorias. Por fim, parabenizou a mesa conduzida pelos vereadores Breno Mendes e Ellis Regina, reforçou o compromisso de continuar disponível como servidor público e elogiou a garra dos trabalhadores em servir à sociedade. Com o uso da palavra o Gerente de Arrecadação da Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN) de Rondônia, **Patrick Robertson de Carvalho**; Patrick, expressou gratidão à vereadora Ellis Regina pela iniciativa e ao vereador Breno Mendes, além de saudar os demais vereadores e, principalmente, os motoristas de aplicativos, a quem classificou como as pessoas mais importantes no evento. Patrick explicou que a gerência de arrecadação é responsável pelo lançamento do IPVA e que, para conceder a isenção, o órgão depende de informações fornecidas pelas plataformas de transporte. Ele destacou que, em 2025, houve dificuldades significativas para obter esses dados, o que levou à prorrogação do prazo para a entrega, inicialmente prevista para 30 de novembro de 2024, para 21 de janeiro de 2025. Ele ressaltou que essa ação foi resultado da luta do sindicato, em especial de Raiati. O gerente mencionou que a isenção do IPVA para motoristas de aplicativos e a isenção para motocicletas de até 170 cilindradas, destinadas a trabalhadores de baixa renda e mototaxistas, demonstram a intenção da legislação de beneficiar o trabalhador. Ele afirmou que, mesmo com a postura proativa da gerência em buscar as informações, alguns dados não foram recebidos, o que impediu que vários motoristas fossem beneficiados. Patrick esclareceu que a isenção não depende apenas do cumprimento das 3.600 corridas, mas também de outros requisitos legais, como o veículo não estar em nome de pessoa jurídica ou de frota de outro estado. O orador enfatizou que o problema reside na dificuldade de consolidar as informações de todas as plataformas, já que muitos motoristas atuam em mais de uma para garantir sua renda. Ele parabenizou o colega Antônio Carlos por sua dedicação em aplicar a “justiça fiscal”, ou seja,

garantir que quem mais precisa pague menos impostos. Ao final, o Sr. Patrick colocou a gerência de arrecadação à disposição para ajudar, mesmo que a atuação do órgão seja vinculada à lei e não permita muita margem de manobra. Ele reforçou a importância de ouvir o clamor popular para construir políticas públicas eficazes e reiterou seu agradecimento à vereadora pela iniciativa da audiência. Com o uso da palavra o motorista de aplicativo **Lindomar Lemes**; Lindomar expressou sua gratidão por poder participar da audiência pública e saudou todos os presentes, em especial os vereadores. Em sua fala, ele abordou questões que afetam diretamente o dia a dia dos motoristas de aplicativo em Porto Velho. Principais pontos levantados: Preço dos Combustíveis: Lindomar destacou a inconsistência e a falta de transparência nos preços dos combustíveis, que mudam constantemente ao longo do dia sem qualquer decreto de aumento. Ele pediu a ajuda dos vereadores para investigar essa situação, que considera insustentável. Tarifas das Plataformas: O motorista classificou as tarifas cobradas pelas plataformas como "roubo" e "ladroagem". Ele criticou as corridas com valores muito baixos, como R\$ 5,50 e R\$ 6,00, e pediu que as autoridades ajudem a regularizar os preços para que sejam mais justos. Locais de Embarque e Desembarque: Embora tenha reconhecido a recente aprovação que permite a circulação no corredor de ônibus, ele solicitou a criação de locais específicos e adequados para embarque e desembarque, visando uma melhoria nas condições de trabalho. Tarifa Mínima da Urbano Norte: Lindomar pediu que a plataforma Urbano Norte unifique a tarifa mínima. Ele mencionou que a empresa paga R\$ 10,00 no interior, mas R\$ 8,00 em Porto Velho, sugerindo que a tarifa da capital deveria ser igual ou superior à do interior. Taxas de Deslocamento e Espera: O motorista clamou por uma regulamentação das taxas de deslocamento e espera. Ele citou a frustração de esperar passageiros por minutos, apenas para ter a corrida cancelada na última hora, sem nenhuma compensação. Lindomar Lemes concluiu sua fala ressaltando que sua mensagem era um retrato da realidade e da linguagem do motorista que enfrenta as ruas diariamente. Com o uso da palavra o Gerente da Urbano Norte, **Marlon**; O Sr. Marlon, começou sua fala saudando os vereadores, a promotora Daniela Nicolai e o Dr. Lucas, além de outros presentes como o Sr. Antônio Carlos e o Sr. Patrick. Ele também cumprimentou o Sr. Raiati, representante da categoria de motoristas. Principais pontos da fala Colaboração e Responsabilidade: O Sr. Marlon enfatizou que a Urbano Norte se fez e se mantém graças aos motoristas, a quem ele agradeceu por levarem a sociedade com segurança. Ele ressaltou a responsabilidade da empresa, destacando que eles lutam contra multinacionais. Isenção de IPVA: Ele informou que a Urbano Norte forneceu os dados necessários para o projeto de lei de isenção de IPVA e que, em 2025 (exercício 2024), quase 1.000 motoristas da plataforma foram beneficiados. Ele lamentou que a falta de informações de outras plataformas tenha impedido que alguns motoristas recebessem o benefício. Apoio aos Motoristas: O gerente listou iniciativas da Urbano Norte para apoiar os motoristas, como a criação de uma clínica exclusiva para atendimento e um ponto de apoio onde os carros são lavados gratuitamente. Ele afirmou que essas ações refletem o cuidado da empresa com os motoristas e, conseqüentemente, melhoram a qualidade do serviço. Sugestão para Mulheres Motoristas: Aproveitando a discussão, o Sr. Marlon fez uma sugestão de política pública: a redução da quantidade de corridas exigidas para a isenção de IPVA para as motoristas mulheres. Ele argumentou que as mulheres têm uma jornada de trabalho mais extensa devido às responsabilidades familiares e que essa medida seria uma forma de reconhecer e valorizar a luta delas. Ele finalizou sua participação agradecendo a oportunidade e reforçando seu compromisso com a categoria. Com o uso da palavra Motorista de Aplicativo **senhor Abemor Júnior**; Abemor Júnior iniciou sua fala agradecendo à vereadora Ellis Regina por presidir a sessão, elogiando sua atuação de cinco mandatos e a sua constante proximidade com os trabalhadores. Ele a considerou a pessoa ideal para conduzir as discussões em benefício dos motoristas de aplicativo.

Em sua participação, Abemor levantou duas questões principais: Vínculo Empregatício: Ele se dirigiu ao representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. Lucas, questionando a posição do órgão em relação ao vínculo empregatício dos motoristas com as plataformas. Ele citou a polêmica gerada pelas decisões da Justiça do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal (STF), que têm se mostrado conflitantes. Ele pediu uma posição clara do Ministério Público sobre o assunto, que possui "repercussão geral" e tem sido um tema central de debate. Taxa de Estacionamento em Shopping: O motorista contestou o argumento de que a isenção de estacionamento para motoristas de aplicativo em shoppings seria inconstitucional. Ele questionou por que o projeto de lei não foi barrado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da câmara se, de fato, fosse inconstitucional. Ele explicou que os 15 minutos concedidos atualmente para embarque e desembarque são insuficientes, especialmente nos fins de semana, e defendeu que, no mínimo, o tema seja discutido entre os vereadores e o shopping, que deveria ter sido convidado a participar da audiência. Ele expressou sua frustração com a falta de discussão e a alegação de inconstitucionalidade antes mesmo de um debate. Abemor encerrou sua fala reiterando as duas perguntas para o Dr. Lucas e para os vereadores. Com o uso da palavra motorista de aplicativo **Edmilson Gama**; O motorista de aplicativo Edmilson Gama iniciou sua fala agradecendo a presença de todos na audiência. Em seu discurso, ele se dirigiu aos colegas de profissão, ressaltando que, embora seja comum reclamar, é importante reconhecer o esforço da Urbano Norte, a única plataforma que se fez presente para ouvir as demandas da categoria. Edmilson expressou sua gratidão à Urbano Norte, afirmando que a plataforma é seu principal meio de sustento e que, graças a ela, suas contas e o financiamento de seu carro estão em dia. Ele reconheceu que a empresa pode melhorar, mas destacou que um "obrigado" é sempre bem-vindo. Crítica a outras Plataformas: O motorista questionou a ausência de outras grandes plataformas, como Uber, inDrive e 99, na audiência, contrastando a falta de interesse delas com a postura proativa da Urbano Norte em comparecer e ouvir os motoristas. Agradecimento às Autoridades: Edmilson agradeceu a todos os presentes, em especial à bancada de vereadores, por dedicarem seu tempo para ouvir as demandas dos motoristas. Ele expressou a crença de que a presença e o apoio das autoridades são fundamentais para que os problemas da categoria sejam resolvidos. O motorista concluiu sua fala reforçando sua gratidão à Urbano Norte e a todos os presentes. Com o uso da palavra motorista de Aplicativo **Jonathan Henrique**; Jonathan Henrique iniciou sua fala agradecendo à mesa e parabenizando o presidente do sindicato, Raiati, pela iniciativa de convocar a audiência pública. Ele afirmou que os motoristas estavam "sangrando" em seus carros e que a pauta principal era o "reequilíbrio econômico", ou seja, os valores das corridas. Jonathan pediu que a audiência resultasse em algo concreto para acabar com o sofrimento dos motoristas nas ruas. Ele propôs, por meio do sindicato, a convocação de uma audiência com as grandes plataformas multinacionais (Uber, 99 e inDrive), a quem acusou de levar o dinheiro de Rondônia e de pagar tarifas "exorbitantes". Ele elogiou o gerente Marlon pela presença na audiência e destacou a Urbano Norte como a plataforma que paga as melhores tarifas na região. Jonathan comparou a tarifa mínima da Urbano Norte, de R\$ 8,00, com a das empresas internacionais, que, segundo ele, chegam a R\$ 5,50 e R\$ 6,00. O motorista encerrou sua fala parabenizando os colegas que compareceram à audiência, mesmo tendo de deixar de trabalhar, e enfatizou que a luta por melhores condições de trabalho deve continuar e que a vitória só virá com a reivindicação dos próprios motoristas. Com o uso da palavra motorista de Aplicativo **José Nilton Lucindo**; José parabenizou a bancada, os convidados e destacou o esforço do presidente em buscar melhorias para a categoria. Ele relatou a frustração e o sofrimento dos motoristas, que enfrentam longas jornadas, separações familiares e dificuldades financeiras devido à desvalorização das tarifas. Lembrou que, antes da pandemia, Uber e 99 pagavam valores melhores, mas reduziram as

tarifas e, diferentemente da Urbano Norte, não reajustaram após a crise. Ressaltou que o equilíbrio econômico é essencial para garantir uma remuneração justa e condições dignas de trabalho, evitando jornadas excessivas. Reconheceu a tentativa da Urbano Norte de apoiar os motoristas, mesmo com limitações, e pediu que os representantes legais intimem as empresas multinacionais a prestarem esclarecimentos sobre a forma como calculam suas tarifas. Por fim, reforçou o pedido de reajuste tarifário como medida urgente de socorro à categoria. Com o uso da palavra motorista de Aplicativo **Hermano Jigly**; Hermano Jigly, iniciou agradecendo aos colegas presentes, aos órgãos fiscalizadores e em especial à vereadora Ellis Regina pela realização da audiência pública, destacando a importância de dar voz às reivindicações da categoria. Ele ressaltou que a principal pauta dos motoristas é a conquista de condições dignas de trabalho, com tarifa mínima de R\$ 10 e R\$ 2 por quilômetro rodado. Criticou a ausência de representantes das grandes plataformas, como Uber, 99 e InDrive, afirmando que a postura delas na audiência reflete o desrespeito diário com os motoristas. Relatou sua experiência pessoal de desligamento repentino da 99 após uma noite inteira de trabalho, exemplificando a falta de consideração das empresas. Hermano classificou os motoristas como tratados de forma exploratória, ressaltando que não é justo realizar corridas por valores tão baixos como R\$ 5,50 ou R\$ 6. Elogiou a Urbano Norte por estar mais próxima da categoria e sugeriu que a empresa adote novos modelos de pagamento que possam atrair motoristas das concorrentes, enfraquecendo as multinacionais. Por fim, reforçou o pedido de apoio dos vereadores, Ministério Público e órgãos de fiscalização para garantir a tarifa mínima reivindicada. Ele defendeu a luta coletiva por dignidade, com jornadas menores e remuneração justa, conclamando os colegas a não desistirem da mobilização. Com o uso da palavra motorista de Aplicativo **Jessé**; Jessé, iniciou cumprimentando os presentes e destacou que a pauta principal da audiência é a tarifa, tema que afeta diretamente os trabalhadores. Ele reconheceu a conquista da redução da meta para isenção do IPVA, mas relatou dificuldades enfrentadas por motoristas que, por motivos de doença, acidente ou questões familiares, ficam impossibilitados de trabalhar e, mesmo assim, precisam arcar com altos custos de documentação. Apontou também a necessidade de mais transparência nos benefícios oferecidos pela Urbano Norte. Explicou que a clínica de saúde da empresa garante consultas gratuitas apenas para motoristas e seus filhos, mas cobra exames e atendimentos de outros familiares, em valores populares. Ressaltou ainda o aumento expressivo do valor do boleto cobrado pela plataforma, que passou de R\$ 210 para até R\$ 590, solicitando fiscalização dos órgãos competentes sobre esse reajuste. Jessé reforçou que a luta atual deve ser por uma tarifa mínima de R\$ 10 e R\$ 2,50 por quilômetro, considerando a realidade de 2025, e não apenas os valores reivindicados no passado. Criticou as grandes plataformas como Uber, 99 e InDrive, defendendo que sejam contidas em Porto Velho e Rondônia. Por fim, afirmou falar com propriedade por seus cinco anos de experiência como motorista e reiterou as principais reivindicações: reajuste tarifário, melhoria no sistema de pagamento e revisão dos aumentos aplicados pela Urbano Norte. Com o uso da palavra motorista de Aplicativo **Matheus Falcões**; Matheus Falcões, iniciou agradecendo a presença dos colegas e afirmou falar em nome da equipe Falcões. Ele destacou a importância de que as propostas discutidas, como a tarifa mínima de R\$ 10 e a redução das metas de corridas para isenção do IPVA, sejam realmente implementadas, ressaltando que a credibilidade política depende do cumprimento da palavra dada. Reconheceu a Urbano Norte como a melhor opção atualmente, mas apontou que ainda há necessidade de melhorias, especialmente em relação às tarifas. Explicou que a empresa só conseguirá avançar se as multinacionais, como Uber e 99, fizerem reajustes, já que a concorrência com valores muito baixos impede o equilíbrio do mercado. Criticou motoristas que aceitam corridas por tarifas reduzidas, apesar de reclamarem, classificando essa postura como contraditória. Matheus também questionou a

ausência de representantes das grandes plataformas na audiência e fez críticas à falta de maior representatividade política da categoria, citando o presidente Raiati como liderança importante. Por fim, pediu que os compromissos firmados na audiência não sejam esquecidos, reforçando como reivindicação central o reajuste das tarifas praticadas pelas multinacionais. Com o uso da palavra motorista de Aplicativo **Alessandro**; Alessandro iniciou agradecendo à Câmara pela recepção e aos motoristas presentes. Em sua fala, direcionou-se especialmente ao setor de arrecadação para relatar que, no ano anterior, sofreu um acidente de trânsito que resultou em fraturas e o afastou do trabalho por mais de quatro meses. Por esse motivo, não conseguiu alcançar o número mínimo de viagens exigidas. Ele destacou que possui laudos médicos que comprovam seu afastamento por 180 dias e questionou se esses documentos não poderiam ser considerados como justificativa legal para abater a diferença de 213 viagens que deixou de realizar. Com o uso da palavra motorista de Aplicativo **Wagner Eufrásio**; Wagner Eufrásio, motorista de aplicativo e presidente da Associação dos Entregadores, agradeceu a oportunidade de fala e destacou a importância da isenção do IPVA, que também beneficiou entregadores e mototaxistas. Ele afirmou que a luta da categoria é semelhante à dos motoristas, enfrentando grandes corporações que exploram trabalhadores por aplicativo, sem oferecer subsídios para custos como veículo, internet e celular. Wagner ressaltou a falta de representatividade e direitos para os entregadores, que não contam com vagas de estacionamento, auxílio em caso de acidente ou amparo jurídico. Criticou o projeto de lei em tramitação por excluir entregadores menores de 21 anos, lembrando que muitos jovens dependem dessa atividade para sustentar estudos e famílias. Defendeu a revisão da legislação atual, elaborada em período anterior ao surgimento dos aplicativos, para adequá-la à realidade da categoria. Ele lembrou a paralisação realizada em Porto Velho, considerada a maior do mundo, e relatou represálias sofridas, como a retirada do espaço de apoio no shopping. Ressaltou a falta de pontos de apoio dignos e pediu união entre motoristas e entregadores na busca por melhorias. Por fim, colocou a Associação dos Entregadores à disposição para colaborar na conquista de avanços e fortalecer a visibilidade da categoria. Com o uso da palavra motoentregador **Marcelo**; Marcelo, motoentregador autônomo, participou da audiência representando os motoboys independentes. Ele destacou que a paralisação nacional refletiu a insatisfação de quem vive diariamente as dificuldades nas ruas, enfrentando riscos, sol e chuva. Ressaltou que a taxa mínima atual de R\$ 6,50 é injusta, pois não cobre sequer o valor de um litro de gasolina, tornando inviável o trabalho diante do alto custo de vida. Marcelo defendeu que as plataformas adotem tarifas justas e padronizadas, garantindo igualdade entre os trabalhadores e condições dignas de remuneração. Relatou ainda que, além das entregas, em algumas ocasiões também transporta passageiros de moto, o que gera custos adicionais. Concluiu pedindo justiça para que motoristas e entregadores autônomos não sejam prejudicados e possam trabalhar com maior equilíbrio financeiro. Com o uso da palavra motoentregador **Ariel Chalon**; Ariel Chalon, destacou que a categoria fomenta a economia, mas enfrenta tarifas mínimas extremamente baixas, chegando a R\$ 3,60 por corrida. Relatou que recentemente adoeceu com pneumonia, gastando cerca de R\$ 800 em consultas e medicamentos, sem receber qualquer tipo de apoio das plataformas. Criticou ainda as políticas de taxa de aceitação e finalização impostas pelos aplicativos. Explicou que, se a taxa de finalização cair para 70%, o motorista pode ser bloqueado por cinco dias, e em reincidência por 10 ou 15 dias, podendo até ser excluído definitivamente da plataforma. Para ele, esse sistema representa desrespeito e exploração dos trabalhadores que dependem do serviço para sobreviver. **Com o uso da palavra a Presidente desta Sessão, Vereadora Ellis Regina**; Encerrando a audiência pública, a vereadora Ellis Regina agradeceu a presença e a permanência de todos até o final dos trabalhos. Informou que será elaborado um relatório da audiência, com a participação dos vereadores e do presidente do sindicato, senhor Raiati, reunindo as situações

apresentadas, bem como os posicionamentos do Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho, com o objetivo de buscar resoluções conjuntas que tragam benefícios concretos aos motoristas de aplicativo. Ela reforçou a confiança depositada pela categoria na Câmara Municipal e destacou o compromisso da Casa em continuar inserida na defesa dessa causa. A vereadora agradeceu nominalmente aos representantes da comissão, às autoridades presentes e ao sindicato, reconhecendo o esforço coletivo. Finalizou desejando bênçãos, saúde e proteção divina a todos os motoristas, reafirmando que podem acreditar no Legislativo como aliado em suas lutas. Nada mais havendo a tratar, invocou a proteção de Deus, e encerrou a **Sessão Especial** às treze horas. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios, farão parte deste documento. E, para constar, a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 04/09/2025, 08:33:30